

# Aspectos da política linguística de Timor-Leste. Desvendando contracorrentes\*

[Metadata, citation and similar papers](#)

Universidade do Minho: RepositoriUM

Regina Helena Fries de Brito

## Resumo

Aborda-se aqui o papel da língua portuguesa como elemento indispensável para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos timorenses, neste momento em que o país se torna independente (Maio de 2002), após vinte e quatro anos de dominação Indonésia (1975-1999) e três anos de Administração Transitória das Nações Unidas. Neste contexto, a língua portuguesa – elevada ao estatuto de língua oficial ao lado da língua nacional (o tétum) – consolida a sua posição de ter sido sempre, ao longo da história de Timor-Leste, uma parceira fiel do tétum. Apontam-se, aqui, os principais raciocínios contracorrentes à decisão parlamentar timorense, tentando entender-lhes as origens, a relevância e a natureza políticas.

**Palavras-chave:** Lusofonia, política linguística, Timor-Leste

## I. Antecedentes

Timor-Leste chegou finalmente à liberdade com o reconhecimento de sua independência pela ONU, em 20 de Maio de 2002. Para trás ficaram anos de brutal ocupação pela nação vizinha, a Indonésia – ocupação que só esmoreceu com a crescente inconveniência da continuidade do conluio e apoio dos países

\* Texto apresentado no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado em São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica, entre 28 de Abril e 1 de Maio de 2004. Comunicação a ser publicada nas Actas.

potentes da guerra fria nos anos precedentes (*conluio económico do vizinho do Sul, a Austrália*).

Uma das questões geradoras de debates viciosos durante os últimos anos, principalmente a partir de 1999, tem sido o critério de atribuição de estatutos às línguas faladas pela população timorense, em particular, no que tange ao estatuto oficial de qual ou para qual dessas línguas.

Importa saber que, desde a primeira hora da resistência (como ficou comprovado pelo CNRT<sup>1</sup>, a organização supradirigente da luta conjunta pela autodeterminação e independência do território), a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática).

Assim, a Assembleia Constituinte, resultante das primeiras eleições livres organizadas pela e sob directa observação da ONU e da comunidade internacional após a retirada das forças ocupantes, ficou incumbida de elaborar a Constituição do país. Aquele órgão, composto por doze partidos políticos com assento proporcional, deliberou exaustivamente na matéria e acabou por consagrar o tétum e o português como as línguas oficiais de Timor-Leste. Hoje, para se manter a devida precaução perante possíveis distúrbios aos planos e programas de difusão das mesmas, não se pode dispensar uma contínua reflexão sobre o porquê, a origem, a natureza, a causa da polémica respeitante a essa questão que, para uns, é um dado consumado, para outros, uma ilógica circunstancial, uma decisão insensata.

## **II. Postulações contracorrentes**

As primeiras equações sobre qual língua adoptar como oficial de um Timor-Leste independente surgiram publicamente depois de 1996, numa conferência realizada em Melbourne, Austrália, intitulada 'It is time to lead the way!'. O raciocínio discorria ao redor de dois considerandos: (1) os países dispersos onde se encontravam os timorenses como consequência directa da ocupação, e (2) que língua cada grupo falava nesses países. Assim, identificavam-se três pontos principais, tanto pelo número populacional da comunidade timorense, quanto pela importância política dos países anfitriões dessas mesmas comunidades, nomeadamente, (a) Portugal e outros países lusófonos, (b) a Austrália e (c) a Indonésia. As línguas seriam, então, o português, o inglês e o indonésio. Além disso, as três frentes na classificação da resistência – a armada, a clandestina e a diplomática – também não deixavam de merecer peso considerável na abordagem dessa questão.

<sup>1</sup> CNRT é a sigla do Conselho Nacional de Resistência Timorense.

Começou-se a sentir, com certa estranheza, uma *intromissão atrevida* por parte de alguns internacionais, numa questão que, em última análise, pertence aos timorenses deliberar. A massa, assim, foi atropelada por campanhas que não foram nem sinceras nem bem-intencionadas por parte dos internacionais e coagida a expressar-se “livremente” sobre o assunto de estatutos sobre as línguas. A tentativa dessas campanhas era de, desta vez, desviar a população da adesão e da lealdade para com os seus líderes. Segundo esses internacionais, não se pode sustentar o estável ordenamento sócio-político-cultural da sociedade timorense, assentando-se no pioneirismo dos líderes timorenses e na fidelidade do povo para com os mesmos.

Das muitas postulações do chamado discurso “contracorrente”, destacam-se:

- **A língua portuguesa é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente** – *implicando impraticabilidade de escolha, ou desafio sem retornos mediante a alternativa anglófona ou indonésia*. E ainda: **O português é uma língua que nunca foi falada pela maioria da população** – *sugerindo a pertinência do indonésio, língua retratada como entendida pela maioria*. Na verdade, essa percepção superficial e desviada da realidade originou-se das múltiplas propostas de “sondagens” e “pesquisas” realizadas entre 2001 e 2003 com iniciativa e apoio financeiro das agências internacionais. Tais “estudos” careciam de rigor, de profundidade e de imparcialidade, uma vez que os resultados eram como que conhecidos previamente. As distorções transpareciam já na articulação das perguntas, comprovando-se pelo subsequente tratamento tendencioso dos dados propositadamente colhidos, muito mais em função da conveniência pretendida por aquelas agências e seus agentes do que pela autenticidade e clarividência de um trabalho científico.
- **A opção pelo português não é mais do que o saudosismo da velha geração ao colonialismo português e A opção pelo português é um neocolonialismo cultural português** – *induzindo a uma total aversão ao português e insinuando a imagem da “neutralidade” anglófona e de um futurismo que estende promessas ao “culto” da nova geração*. Essas colocações ignoram que em 1975 todos os cinco partidos políticos do território tinham a língua portuguesa com estatuto oficial, mesmo a APODETI, que preconizava a anexação do território à Indonésia.
- **A escolha do português é uma imposição linguística como forma de monopólio de poder político e exclusão da maioria desse poder** – *ignorando que os timorenses têm o sentido de direito – tanto que teimaram pela independência – e desconsiderando que, além do português, os timorenses comunicam por meio da outra língua que os une – o tétum*. Cabe lembrar que esta postulação esquece que o português, ao assegurar a preservação e desenvolvimento do tétum, facilita o acesso dos timorenses a outras línguas – inclusive ao inglês.
- **O português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal** – *dito por cineastas amadores australianos em Maio de 2001*

no aeroporto de Dili e repetido por um jurista australiano em 2002, citando nomes dos líderes como “mestiços”, inculcando o divisionismo através de ridículos escrutínios de racismo, ignorando o heroísmo da liderança política e a sua cabal entrega aos nobres ideais do seus concidadãos, de fato, do povo inteiro – como se isto tivesse algum sentido no meio dos timorenses. Uma afirmação dessa natureza ignora que os timorenses convivem sem discriminação racial; antes, apreciam o multiculturalismo – já na Austrália isso só é assegurado pela lei, com pouca efectividade pragmática.

• **A nova geração fala a bahasa indonésia no seu dia-a-dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende** – É mais correcto afirmar que a maioria da população entendia (entende ainda) o indonésio, devido à omnipresença indonésia (civil ou militar) que a predispunha exactamente para isso; mas não que o quotidiano da população se realizasse via bahasa indonésia. O repertório da população, mesmo da juventude, quotidianamente é na língua nacional – seja esta o Tétum-Praça ou qualquer um dos vernáculos do país. Durante a ocupação, excepto nas situações formais, o uso da língua indonésia entre os timorenses, até mesmo entre os jovens, era tido como algo estranho para a cultura. Isto, apesar de a bahasa indonésia ter sido a única língua de instrução, e as línguas que mais tinham a ver com a cultura e a história do território, o tétum e o português, terem sido excluídas do sistema de ensino, a fim de fazer com que estas, com o tempo, se tornassem, elas mesmas, estranhas no seu próprio contexto histórico-cultural.

• **O português é uma língua estrangeira e não reflecte a cultura de Timor-Leste** – implicando contemplação ao purismo cultural – em paradoxo à ingénua e comumente entendida inevitabilidade ou incontornável agressividade da globalização, ou seja, a inerte abertura ao mundo; como se no primeiro instante da invasão australiana em 1942, ou da invasão indonésia em 1975, a língua portuguesa não estivesse já em terras timorenses havia mais de 400 anos. O facto é que os bisavôs timorenses já falavam e entendiam o português antes mesmo de o Capitão Cook ter pisado o solo australiano; ou seja, antes de os australianos terem uma sua língua dita oficial; ou, da mesma maneira, centenas de anos antes de uma língua oficial indonésia ser entendida nacionalmente, o português já havia sido assente em Timor-Leste.

• **O inglês é a língua que garante o desenvolvimento económico e tecnológico** – implicando o inútil esforço da aprendizagem do português a ser remediado pelo critério anglófono. Este raciocínio aponta que falar inglês é garantia de desenvolvimento económico; como se de entre os países anglófonos não houvesse nenhum que não fosse rico; como se não houvesse países não-anglófonos que não fossem ricos, ou economicamente prósperos; como se os japoneses ou sul-coreanos, ou taiwaneses fossem prósperos devido ao inglês. Além disso, carrega a ideia de que saber inglês significa também estar científica e tecnologicamente avançado.

- **O português não é uma língua de trabalho** – *implicando o nulo valor pragmático do português.*
- **A CPLP<sup>2</sup> só tem países distantes de Timor-Leste e sem recursos e não são uma potência econômica** – *implicando a impropriedade da adesão; ignorando o valor e a convivência entre os países da CPLP.* Mais ainda: como se os países vizinhos estivessem a ofertar tudo a Timor-Leste, inclusive as suas águas e o seu depósito subterrâneo (gás natural e petróleo); como se a noção de globalização estivesse a isentar-se dos países da CPLP; como se a proximidade geográfica se tivesse provado como o factor de garantia de independência e não ao contrário; como se o que verdadeiramente salvou Timor-Leste não tivesse sido a sua fé e a sua língua – a sua história; como se nos países ricos, não houvesse sectores da população ainda pauperrimamente tratados; como se os países pobres pudessem partilhar da prosperidade dos países ricos, ou dois países vizinhos pudessem partilhar ilegalmente a riqueza de um terceiro vizinho, ou um país rico e poderoso apoderar-se das possessões do vizinho pobre.
- **O português é uma língua muito difícil** – *incutindo mais medo e trauma a uma juventude habituada a um sistema de educação de fraca qualidade e sem rigor académico.* Parece ser o português uma novidade no contexto timorense, como se no passado os timorenses não tivessem conhecido, falado, escrito, pensado nessa língua, na sua vida educativa, social, administrativa, etc... como se a língua portuguesa nunca fosse dominada por timorenses, no passado, agora, e como se os timorenses não tivessem o dom de poder aprender bem a língua portuguesa. Sem saber, estão a insultar o povo timorense, em especial as novas gerações, de *incapacidade*; como se Timor-Leste não pudesse, agora, que consagrou constitucionalmente a Língua Portuguesa, enfrentar esse desafio.
- **Quanto aos meios e ajuda financeira, compete a outras agências** (o Banco Mundial, a UNICEF, a UNDP, a UNESCO, os doadores) decidir, sem problemas. Os timorenses devem limitar-se a pensar no uso das línguas maternas como línguas de instrução à criança, através das quais a criança aprende mais depressa e melhor do que em outra língua – *implicando uma maior disponibilidade financeira pela língua materna e um trabalho logístico de muitos anos sem garantia de sucesso, mas com efeito certo no atraso na difusão ampliada da língua portuguesa e no atraso da passagem dos saberes e de promoção de um sistema de educação com qualidade.* Uma afirmação dessas ignora o contexto sociolinguístico de Timor-Leste, a complexidade da questão etnolinguística, a escassez dos meios para a implementação do ensino via línguas maternas e suas implicações políticas, e, o mais grave de todos, o retardamento deliberado no processo da difusão das duas línguas oficiais e da transmissão do saber escolar e académico. A insistência (e a teimosia viciosa) nesta política demonstra ser a orquestração de um *serendipity* – a encantadora “solução ao acaso” da anglofo-

<sup>2</sup> CPLP é a sigla da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

nia. A verdade é que Timor-Leste está na sua melhor forma de sempre ao atribuir estatuto oficial à parceria do idioma mais difundido no território nacional – o tétum – e a sua língua tradicional de contacto com a civilização mundial – o português.

- **As traduções devem fazer-se em tétum, bahasa indonésia e inglês, porque o povo não lê em português** – *implicando a necessidade de se manter a língua indonésia e da urgência de aprender o inglês, ambas obstáculos eficazes da difusão da língua co-oficial portuguesa.*

- **Não há professores de Português suficientes** – Como se os timorenses não pudessem formar professores dentro de uns poucos anos; como se os timorenses, que ficaram no esquecimento do mundo durante 24 anos, não pudessem agora fazer as coisas em seu tempo próprio; como se não houvesse (como há, especialmente por parte de Portugal e, embora em menor escala, do Brasil) a possibilidade de cooperação com outros países com vistas a superar a falta de professores entrementes.

Note-se que a injustiça, com que o raciocínio contracorrente tem tratado o português reside no paradoxo exibido por dois regimes cúmplices: o regime ocupacionista, que reprimiu efectivamente a “circulação da língua” a poços da resistência (linguística, sociocultural e política); e o regime da “libertação” (o de grande abertura e emancipação precoce), que impõe inacessíveis parâmetros de realização social da língua.

Como se vê, contrariamente ao que pretendem disseminar, a imposição nunca veio da liderança política. A imposição tem vindo, sim, do raciocínio contracorrente promovido originariamente por alguns internacionais, na maioria, anglófonos e anglófilos vizinhos, de tal modo a parecer que os timorenses não respeitam a democracia quando os seus líderes insistem na coerência para com a identidade histórica, cultural e política do seu país. Como se os líderes das lutas pela libertação estivessem a contemplar uma condenação sistemática de morte aos seus próprios jovens e à sua própria pátria. Então, antes de ser um factor limitante aos jovens, a escolha do português é um plano de contra-orquestra à subjugação e satelização regional, pretendida por esses internacionais. Por isso, não se pode permitir na sociedade timorense o pensamento diminutivo da importância do português para o país lusófono na Ásia.

### **III. Tétum e Português – Línguas parceiras**

A parceria secular das duas línguas – tétum e português –, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena – o tétum – ao longo dos tempos, do seu carácter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escolha da sua co-oficialidade ao lado do português.

Neste aspecto, pioneiro e preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua nacional, o tétum. Este processo de uniformização e unificação linguística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial de sempre – o português –, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante factor de caracterização linguística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efectivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural.

O tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caracterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austro-melanésica com ingredientes de sabor latino-luso-cristão. Assiste-se, portanto, a uma naturalidade na escolha do português, pela parceria secular com o tétum – que lhe valeu a elevação estatutária – que resulta numa interpenetração mútua entre as duas línguas, em que se tipifica o português falado por timorenses e em que o tétum absorve do português influências nos níveis fonológico, morfológico, sintático-semântico e pragmático. Se tentássemos eliminar todos os termos de origem portuguesa numa conversa dentro do contexto dos preparativos para a realização de uma actividade sociocultural – por exemplo, o casamento católico timorense – diríamos que os noivos não chegariam a casar-se, pois, o casamento tornar-se-ia inviável.

É por causa da cultura, da história, da política que se optou pela parceria estratégica do tétum-português para o estatuto oficial no país. Um puritanismo a ponto de considerar o português uma língua estrangeira em Timor-Leste levaria o povo a um recuo absurdo e não ao senso comum e ao progresso. O primeiro levaria os timorenses a voltar ao cavalo e à carroça e a rejeitar os carros como meios de transporte, por ser o cavalo o seu transporte mais original; e o segundo conduziria Timor-Leste a acelerar a autonegação às suas características marcantes no tempo – características essas que lhe conferem distinção na linha de uma consciência nacionalista para um povo cuja estratégia de defesa contra a absorção é precisamente a sua singularização – e a política linguística faz parte dessa estratégia.

Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha do português como língua oficial. É um facto comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade linguístico-histórico-cultural e política timorense.

Frente à luta de resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses – elementos indiciais da especificidade da metade de ilha,

distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio), como também do resto da região. Por isso, as campanhas da ocupação aconteceram sempre no sentido de destruir ou dismantelar a estrutura identitária timorense, em que os referidos elementos são índices por excelência.

Tanto tem bebido o tétum do português que este se tornou constante fonte de caracterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse o português, linguisticamente falando, e se não fossem os portugueses, politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena como língua oficial. A co-oficialidade responde a e explica-se por essa parceria secular e por essa mutualidade pura e não simplesmente para preencher eventuais lacunas do tétum.

Neste ponto, o caso de Timor-Leste contrasta, por exemplo, com a situação do país vizinho do Sul – a Austrália –, em que o inglês (ou os ingleses) eliminou em 200 anos mais de 100 línguas nativas. Hoje, há documentos comprovativos de como os ingleses perseguiram, caçavam e exterminavam os aborígenes de helicóptero e de armas – portanto, em tempos bem recentes. Quer-se dizer que, se não suprimiram as línguas, mataram seguramente os seus falantes, resultando na morte certa dessas mesmas línguas.

Muito dessas tendências continuam vivas ainda hoje e já estão em actuação em território de Timor-Leste, de forma descarada e sem etiquetas. Frente à imponência devastadora das onnipresentes forças ocupantes, junto às suas instituições pela fidelidade aos princípios norteadores da sua luta, não foi a sua geografia imediata – ou seja, *não foi* o critério da regionalidade – que resgatou o povo. Pelo contrário, a geografia acabou por ser a causa direta do genocídio. Timor-Leste *foi salvo*, sim, pela coordenada da sua história. A história legou-lhe elementos distintivos, irreduzíveis como a língua portuguesa e a fé católica, que baseiam a teimosa recusa à integração e a pertinaz negação à submissão às armas ocupacionistas.

A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver com a identidade linguística, a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade linguística e cultural, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores. A geografia foi enganadora e traiçoeira, e ainda não deixou de ser: mudou de cor. O resgate, se algum houve, tem vindo, infalivelmente, da força da razão do povo timorense que se estriba no seu passado histórico e quer ir ao encontro do futuro, ativa, criativa e soberanamente.

## Bibliografia

- Brito, R. H. P. (2004) 'A língua adormecida: o caso Timor-Leste' in Bastos, N. (org.) *Língua portuguesa em calidoscópio*, São Paulo: EDUC/FAPESP, pp. 319-329.
- Brito, R. H. P. & Corte-Real, B. (2003) 'Língua Portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético-fonológicas' in *Actas do VIII Simpósio Internacional de Comunicacion Social*, Santiago de Cuba, V. 1, pp. 147-151.
- Hull, G. (2001) *Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Política Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Polística Educacional)*, Lisboa: Instituto Camões.
- Thomaz, L. F. (2002) *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*, Lisboa: Instituto Camões.